

nascimento do humanista eborense, a 13 de Dezembro de 1500, bem como os quinhentos anos da publicação da obra de Cataldo, *Epistolae et orationes*, saída dos prelos de Valentim Fernandes de Morávia, a 21 de Fevereiro de 1500.

Antecedendo o texto das comunicações do Congresso (pp. 9-12), encontramos o programa pormenorizado das actividades realizadas no decorrer deste congresso, que contou com a participação de alguns dos maiores especialistas do Humanismo Português.

A maioria das comunicações reunidas neste volume tem por objecto a figura do humanista eborense André de Resende e, em menor número, de Cataldo Parisio Sículo. No entanto, a variedade temática das comunicações apresentadas possibilita não apenas o tratamento de múltiplas questões relativas às figuras centrais deste evento mas também o estudo de outros autores/temas, permitindo assim obter uma perspectiva abrangente da inserção de Cataldo e de André de Resende no contexto histórico, social e cultural em que se movimentaram.

A publicação destas actas constitui mais um valioso contributo para o estudo dos dois humanistas, que deixaram uma marca indelével no Humanismo Renascentista português, se bem que em momentos distintos: Cataldo é hoje considerado o introdutor do humanismo em Portugal, enquanto André de Resende representa o período áureo do Humanismo Português do século XVI.

ANTÓNIO ANDRADE

Damião de Góis, *O Livro de Eclesiastes. Reprodução em fac-símile da edição de Stevão Sabio (Veneza, 1538). Edição crítica e introdução de T. F. Earle. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, 189 pp. [ISBN: 972-31-0964-6].*

A comunidade científica foi recentemente surpreendida pela sensacional descoberta de uma tradução do livro de Eclesiastes da autoria de Damião de Góis. O mérito deste precioso achado tem de ser atribuído ao investigador T. F. Earle, a quem devemos a apresentação de uma edição crítica da tradução, precedida de uma cuidada introdução que apresenta, com rigor e clareza, uma análise de várias questões essenciais para podermos ler e compreender o texto da tradução goisiana à luz das coordenadas históricas, linguísticas e religiosas da primeira metade de quinhentos.

A introdução (pp. 3-43) subdivide-se em cinco partes. A primeira, intitulada “I - A Bíblia em Portugal no século XVI” (pp. 3-6), trata da singularidade da tradução de Góis que é apresentada como uma das raríssimas traduções feitas para português, no século XVI, de um livro da Bíblia.

Segue-se uma breve resenha biográfica do humanista português (“II — Damião de Góis em Antuérpia, Friburgo e Pádua”, pp. 7-10), com particular acento no período que precedeu a sua permanência em Pádua, onde estudou entre 1534 e 1538. Merece especial atenção o relacionamento de Góis com duas figuras: Rui Fernandes de Almada, a quem é dedicada a tradução do Eclesiastes, e Erasmo, cuja influência intelectual não deixa de se sentir nas duas traduções de Góis que saíram

dos prelos venezianos de Stefano Nicolini da Sabbio, no ano de 1538, o *Ecclesiastes de Salamam* e o *De senectute* de Cícero.

Nos dois capítulos seguintes, (“III - Góis e a leitura do *Ecclesiastes* (1) Humanismo e Luteranismo”, pp. 11-20, e “IV - Góis e a leitura do *Ecclesiastes* (2) A tradição exegética judaica”, pp. 21-28”), é analisado o posicionamento de Góis na leitura do *Ecclesiastes*, à luz da sua relação com as posições de Lutero, dos comentadores cristãos tradicionais como S. Jerónimo ou Nicolau de Lyra e, muito em particular, dos exegetas judaicos tantas vezes nomeados no comentário goisiano ao livro do Antigo Testamento.

De seguida, Earle analisa, em particular, a tradução e os vários textos de que Góis se terá servido (“V — O texto e a tradução”, pp. 29-37), concluindo com uma reflexão sobre as razões prováveis que terão estado por detrás do completo desconhecimento desta obra até há bem pouco tempo (“VI — Conclusão: o mistério do livro de *Ecclesiastes*”, pp. 39-43).

No sentido de tornar mais fácil a leitura da tradução de Góis, T. F. Earle apresenta a sua transcrição integral (pp. 55-113), de acordo com critérios que previamente define e apresenta em “A edição do Livro de *Ecclesiastes*” (pp. 45-53). A transcrição está seguida de um útil glossário (pp. 115-116) e da bibliografia utilizada (pp. 117-121).

Por último, temos a apresentação da edição fac-similada da versão de Damião de Góis do *Ecclesiastes de Salamam* (pp. 124-188), que vem colocar à disposição de todos os eventuais interessados a fácil consulta do até agora único exemplar conhecido desta obra.

T. F. Earle considera que Góis “parece ter pensado que os comentadores rabínicos do *Ecclesiastes* sabiam mais acerca dele do que os seus homólogos cristãos, porque os cita muito mais frequentemente.” (p. 20). De facto, a tradução e o comentário do humanista português denotam um conhecimento e um uso frequente e livre de preconceitos da exegese bíblica judaica. Góis dedicou a sua versão ao antigo feitor de D. João III, em Antuérpia, Rui Fernandes de Almada, com quem havia trabalhado na Feitoria de Flandres, porque “era a pessoa mais apropriada para receber uma obra de erudição em que se reconhecia calorosamente a contribuição de exegetas judeus; na verdade, era um dos poucos portugueses capazes de apreciar a mensagem ecuménica implícita na tradução de Góis. Tinha também a vantagem de viver a salvo, longe de Portugal.” (p. 8).

T. F. Earle coloca a hipótese de Góis ter acedido aos comentários rabínicos por intermédio das florescentes comunidades judaicas de Pádua, onde permaneceu entre 1534 e 1538. Considera, porém, também ser possível que Góis tenha iniciado a sua tradução durante o seu convívio com Erasmo, antes da sua partida para Itália (p. 8-9).

Pretendemos equacionar uma nova hipótese que julgamos bastante plausível. A ser verdade que Góis tenha iniciado a sua tradução no período que antecedeu a sua chegada a Pádua, é bastante provável que tivesse sido auxiliado por elementos da comunidade judaico-portuguesa de Antuérpia. Entre os membros dessa comunidade, bem conhecidos do antigo secretário da feitoria portuguesa,

haveria, por certo, indivíduos com a preparação linguística e religiosa necessária para prestar apoio a Góis no seu trabalho. Os membros da comunidade judaico-portuguesa de Antuérpia, nestas primeiras décadas de quinhentos, contam-se entre os principais herdeiros da antiga e rica tradição cultural judaica que durante séculos frutificou por terras de *Sefarad*, antes da expulsão ou conversão forçada dos judeus. Convém recordar o papel destacado que alguns membros desta comunidade, mais tarde, tanto em Ferrara como em Veneza e no Império otomano, vão desempenhar na publicação, tradução e divulgação de textos bíblicos. A obra-prima saída dos prelos do cristão-novo português Abraão Usque foi precisamente a monumental edição, no ano de 1552, da magnífica Bíblia de Ferrara, vertida em língua castelhana.

Damião de Góis assistiu de perto, desde 1523, data da sua chegada a Antuérpia, à intensa actividade comercial da Feitoria portuguesa, onde desempenhou a função de escrivão. Conheceu pessoalmente os mercadores cristãos-novos que integravam o famoso “Consórcio da Pimenta”, parceiros comerciais privilegiados da Coroa portuguesa. A este propósito, julgamos pertinente fazer algumas considerações às palavras de Earle quando afirma que Rui Fernandes de Almada “pelo menos numa ocasião, conseguiu proteger os interesses dum proeminente Cristão Novo português, Diogo Mendes, que tinha sido preso em Antuérpia.” (p. 8). A acção do feitor português tem, no entanto, de ser enquadrada de forma diferente. Convém não esquecer que Rui Fernandes de Almada estava a defender directamente os interesses de D. João III, pois a prisão e a apreensão dos bens da Casa Mendes tinha deixado a Coroa portuguesa numa situação desesperada. De facto, ainda não tinha sido recebido o pagamento das especiarias enviadas a Diogo Mendes, no período que antecedeu a sua prisão, e a apreensão dos seus bens colocava os seus credores numa posição bastante delicada. Este mercador era o membro mais importante de um consórcio que todos os anos comprava, por grosso, as especiarias enviadas pelo monarca português. Prova indiscutível do enorme embaraço causado pela prisão de Diogo Mendes são as duas cartas enviadas por D. João III e por D. Catarina ao imperador Carlos V, intercedendo a favor do mercador cristão-novo e pedindo a defesa dos interesses de Portugal. O “caso Diogo Mendes” assumiu uma importância tal que teve repercussões consideráveis na praça de Antuérpia e nos reinos de Portugal e de Inglaterra. As pressões acumularam-se até que Carlos V e Maria de Hungria, a Regente dos Países-Baixos, aceitaram que Diogo Mendes fosse posto em liberdade. Durante as negociações, mais precisamente no dia 22 de Julho de 1532, o próprio Damião de Góis é chamado a intervir pessoalmente no delicado caso do mercador cristão-novo Diogo Mendes. Rui Fernandes de Almada enviou, nesse mesmo dia, os seus escrivães Damião de Góis e Jorge de Barros à presença de Maria de Hungria, encarregando-os de expor e defender pessoalmente os interesses de D. João III.

Julgamos, portanto, que é lícito pensarmos que Damião de Góis, nos anos que precederam a sua partida para Pádua, possa ter encontrado algum auxílio para

o seu projecto de tradução do livro de Eclesiastes junto dos membros da Nação portuguesa de Antuérpia, que ele tão bem conhecia.

A obra em epígrafe apresenta-se em volume cartonado com uma apresentação gráfica bastante agradável, pela sua sobriedade e elegância, na linha daquilo a que nos tem habituado, desde há muito, a Fundação Calouste Gulbenkian, que vem agora acrescentar esta importante edição à sua notável “Série de Cultura Portuguesa”.

Não deslustrando, de forma alguma, a grande qualidade que tem de ser reconhecida a este trabalho, há que mencionar apenas a ocorrência de duas gralhas tipográficas: ‘rarietà’ por raridade (p. 48) e ‘responsabilidade’ por responsabilidade (p. 50).

Em jeito de conclusão, T. F. Earle apresenta-nos um trabalho de inegável qualidade sobre uma obra, até há pouco, completamente desconhecida, deixando em aberto a perspectiva estimulante de novos estudos sobre o humanista português. A reimpressão da sua tradução do livro de Eclesiastes foi, sem dúvida, a maior e mais importante homenagem que poderia ser prestada a Damião de Góis, no ano que se comemorou o quinto centenário do seu nascimento.

ANTÓNIO ANDRADE

Giovanni Antonio Viperano, *Carmina* (Edición, traducción, introducción y notas de María Luisa Picklesimer), Biblioteca Latina, Madrid, Ediciones Clásicas, 2001, 263 pp. [ISBN: 84-7882-459-6].

Esta obra de María Luisa Picklesimer tem, desde logo, o grande mérito de retirar Giovanni Antonio Viperano do esquecimento a que tem sido injustamente votado.

Na verdade, o humanista Viperano nasceu em Messina em 1535 no seio de uma família acomodada, e viria a morrer em Giovinazzo, em 1610. Dotado de talento para escrever com rapidez sobre os mais variados assuntos, logrou escrever uma oração fúnebre para Carlos V, em 1558, que ter-lhe-á aberto “as portas da corte espanhola da Sicília” (p.16). Supõe-se, assim, que em 1576 já se encontraria em Espanha, onde “gozava de consideração especial como escritor” (p.24).

Estando em Espanha, nesta altura, haveria de ficar ligado a Portugal, ainda que indirectamente, pela evolução dos acontecimentos políticos. Recorde-se que, depois do desastre de Alcácer Quibir, em que sucumbiu o rei D. Sebastião, em 1578, o reino de Portugal ficou sem um herdeiro legítimo que o substituísse. O Cardeal D. Henrique ainda se sentou no trono, mas Filipe II de Espanha, em 1580, conseguiu impor os seus direitos sucessórios e foi aclamado como Filipe I de Portugal, onde permaneceu durante dois anos. Com ele esteve também Giovanni António, “na qualidade de historiador da corte” (p.25), como ele próprio nos diz no prólogo-dedicatória dos seus relatos históricos — *Historiae III* — ao referir-se à terceira obra intitulada *De Obtena Portugalia a Philippo II. Rege Catholico*: “Postremo cum in Hispania essem, quo tempore pater tuus Portugaliam, quae sibi iure propinquitatis obuenerat, armis etiam obtinuit, scripsi hanc tertiam historiam